

Diário do Legislativo de 14/10/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/9/2008

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Juninho Araújo, Elmiro Nascimento, Inácio Franco (substituindo este ao Deputado Djalma Diniz, por indicação da Liderança do BPS) e Cecília Ferramenta (substituindo o Deputado Paulo Guedes, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Juninho Araújo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Elmiro Nascimento, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Retira-se a Deputada Cecília Ferramenta. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposição desta Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Sergio Gaudenzi, Presidente Infraero; Pedro Meneguetti, Subsecretário da Receita Estadual; Reginaldo Lopes, Deputado Federal; Fernando Guimarães Rodrigues, Superintendente do DNIT em Minas Gerais (28/08/2008); José Maria da Silva e Fernando Guimarães Rodrigues, Superintendente Regional do DNIT (12/9/2008). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.649/2008 (Deputado Gustavo Valadares); 276/2007, 2.336 e 2.647/2008 (Deputado Juninho Araújo); 2.639, 2.648 e 2.469/2008 (Deputado Paulo Guedes) em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 276/2007 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e 2.647 e 2.649/2008, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.817, 2.832, 2.854, 2.855, 2.856, 2.857, 2.858 e 2.859/2008. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.245/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Projeto de Lei nº 2.336/2008, do Deputado Adalclever Lopes, é convertido em diligência ao autor a fim de que solicite o envio de dados biográficos do homenageado necessários à elaboração do parecer desta Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Juninho Araújo em que solicita seja realizada, reunião de audiência pública para discutir o transporte de bóias-frias no Estado; Célio Moreira em que solicita seja realizada visita desta Comissão à Escola Estadual Duque de Caxias, ao 41º Batalhão da PMMG e ao Conjunto Habitacional no Bairro das Indústrias, todos em Belo Horizonte; Fábio Avelar em que solicita seja retirado de tramitação o requerimento de sua autoria em que pleiteia a realização de audiência pública para tratar do retorno de vôos da ponte aérea do aeroporto de Confins para o da Pampulha; Gil Pereira em que solicita seja encaminhado à Presidência do Ocean Air Linhas Aéreas Ltda. pedido de providências para a não-suspensão do vôo que compreende a rota São Paulo/Uberaba/Belo Horizonte/Montes Claros. Registra-se a presença dos Deputados Paulo Guedes e Gil Pereira. Os Deputados Paulo Guedes, Inácio Franco, Elmiro Nascimento e Juninho Araújo tecem comentários sobre a duplicação, pelo governo federal, da BR-262 entre os Municípios de Betim e Nova Serrana, que trará grande melhoria a malha viária da região. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Gustavo Valadares, Presidente - Juninho Araújo - Vanderlei Jangrossi.

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 17/9/2008

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jayro Lessa, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento dos ofícios da Sra. Rosani A. Araújo, chefe da divisão de convênios do Ministério de Ciência e Tecnologia, e do Sr. Anderson Vasconcelos Chaves, da Superintendência da Codevasf, publicados no "Diário do Legislativo" de 12/9/2008. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, no 1º turno, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.420/2007 e 2.642/2008 (Deputado Lafayette de Andrada); e 2.101/2008 (Deputado Jayro Lessa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.101/2008 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais (relator: Deputado Sebastião Helvécio, em virtude de redistribuição); e 2.642/2008, sendo rejeitada a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Lafayette de Andrada). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.426/2007, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Lafayette de Andrada. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Antônio Júlio em que solicita seja encaminhado à Sra. Vanessa Guimarães Pinto, Secretária de Educação, pedido de informações sobre a previsão da implementação do piso remuneratório dos servidores do magistério estadual, instituído pela Lei nº 17.006 e sua repercussão no Orçamento do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2008.

Zé Maia, Presidente - Agostinho Patrús Filho - Lafayette de Andrada - Sebastião Helvécio.

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 24/9/2008

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Luiz Tadeu Leite e João Leite, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Gil Pereira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Tadeu Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter, em audiência pública, esclarecimentos sobre denúncias de demissões arbitrárias de professores e funcionários da Fumec, ocorridas desde o final de 2007, e de perseguição a ex-alunos e ex-professores dessa Fundação, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Valma Leite da Cunha e do Sr. Marcelo Oliveira Costa, Promotores de Justiça da Promotoria de Tutela de Fundações desta Capital, prestando informações sobre a situação da Fumec, e carta do Sr. Ademar Regino da Mota, preso em Peganha, pedindo ajuda desta Comissão para o seu processo criminal. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Valéria Said Tótar, Diretora, representando o Sr. Aloísio Moraes Martins, Presidente do Sindicato dos Jornalistas; Renata Guerra, ex-professora da Fumec; e os Srs. Gilson Reis, Presidente do Sindicato dos Professores da Rede Privada - Sinpro -; Antônio Pereira dos Santos, ex-Diretor da Fumec, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (2) em que solicita seja encaminhada ao Presidente da Cohab-MG cópia das notas taquigráficas da reunião desta Comissão realizada em 17/9/2008 e pedido de providências relativas à denúncia apresentada pelo Sr. Milton Mendes de Araújo, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção de Belo Horizonte e Região; seja realizada reunião para, em audiência pública, com convidados que menciona, debater a criação de um fundo de assistência judiciária no Estado, similar ao existente no Estado de São Paulo, que se destina a custear despesas concernentes ao acesso à Justiça e à assistência judiciária gratuita aos legalmente necessitados; Padre João (2) em que solicita sejam ouvidas nesta reunião as Sras. Márcia Ferreira Pinto e Rosana Maria Gonçalves, professoras no Distrito de Cachoeira do Campo, no Município de Ouro Preto, vítimas de perseguição por parte de dirigentes da Escola Estadual Pe. Afonso de Lemos, que irão apresentar denúncia sobre a não-inscrição dos alunos do 3º ano noturno/2007 no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem - dessa escola; e seja realizada reunião para, em audiência pública, com convidados que menciona, debater a violência contra os idosos ocorrida no Município de Mercês e região; Paulo Guedes em que solicita a esta Comissão pedido de providências para apuração dos fatos relativos ao processo em que figura como parte o Sr. Darlan Dias da Silva, preso na Penitenciária de Janaúba. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2008.

Durval Ângelo, Presidente.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 89ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 14/10/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.632, que altera o art. 3º da Lei Delegada nº 31, de 28/8/85 (Faixa Constitucional). A Comissão Especial opina pela rejeição do veto .

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 112, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001 (Faixa Constitucional). A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos §§ 3º e 4º do art. 1º, ao § 2º do art. 59 da Lei Complementar nº 59, de 2001, acrescentado pelo art. 13 da Proposição de Lei Complementar nº 112, aos arts. 31 e 50, ao inciso XVII do art. 53, ao inciso IV do art. 59 e ao art. 68; e pela rejeição do veto ao § 2º do art. 1º, ao art. 4º, ao art. 27, ao parágrafo único do art. 51 e aos arts. 58, 63, 65 e 67 da Proposição de Lei Complementar nº 112.

Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.523/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capitólio o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.050/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pedralva o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.219/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.220/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.301/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.455/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Teófilo Otoni imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 50/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 327/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Domingos do Prata os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.269/2007, do Governador do Estado, que institui normas gerais aplicáveis aos resíduos sólidos e institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 16, que apresentou. A Comissão de Meio Ambiente opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente, com as Emendas nºs 17 a 21, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Meio Ambiente, que opina pela aprovação das Emendas nºs 22 na forma da Subemenda nº 1, que apresenta, nº 23 com a Subemenda nº 1, que apresenta, 24 na forma apresentada em Plenário, e 25 a 27, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.456/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição do Pará imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.575/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberlândia. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.641/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Assembléia Legislativa do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.748/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal (Altera os arts. 22, 24, 61 e 220 da Constituição Federal.). A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.749/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal (Acrescenta dispositivo ao art. 26 da Constituição Federal e dá outras providências.). A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.750/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal (Altera o art.132 da Constituição Federal.). A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.751/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal (Modifica o art. 198 da Constituição Federal e o § 4º do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 28/2007, do Governador do Estado, que cria a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Agência RMBH. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Assuntos Municipais.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 699/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.093/2007, do Deputado Adalcleber Lopes, que altera o art. 1º da Lei nº 15.979, de 13/01/2006 (Amplia a área total da Estação Ecológica do Cercadinho). A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Gilberto Abramo opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.985/2008, do Deputado Délio Malheiros, que proíbe o indeferimento de crédito para financiamento habitacional por inclusão de nome nos cadastros de proteção ao crédito. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.474/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.573/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Roque de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.576/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Córrego do Bom Jesus os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.614/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibiá os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.616/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberaba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 14/10/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.570/2008, do Deputado Juninho Araújo.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 506/2007, do Deputado Roberto Carvalho; 1.963/2007, do Deputado Paulo Cesar; 2.564/2008, do Deputado Juninho Araújo; 2.715/2008, do Deputado Gilberto Abramo; 2.730/2008, do Deputado Domingos Sávio; 2.738/2008, do Deputado Jayro Lessa; e 2.758/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 14/10/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.703/2008, do Deputado Zé Maia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 14/10/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 14/10/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.521/2008, do Deputado Paulo Guedes; e 2.735/2008, do Deputado Fahim Sawan.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DAS SERRAS DA CALÇADA E DA MOEDA, A REALIZAR-SE ÀS 15h30min DO DIA 14/10/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 horas DO DIA 14/10/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.734/2008, do Deputado Mauri Torres.

Requerimentos nºs 2.916/2008, do Deputado Carlin Moura; 2.921/2008, da Comissão de Segurança Pública; 2.930, 2.931 e 2.932/2008, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 horas DO DIA 15/10/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 14/10/2008, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos à Proposição de Lei Complementar nº 112, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001, e à Proposição de Lei nº 18.632, que altera o art. 3º da Lei Delegada nº 31, de 28/8/85; dos Projetos de Resolução nºs 2.748/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal, 2.749/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal, 2.750/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal, e 2.751/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal; do Projeto de Lei Complementar nº 28/2007, do Governador do Estado, que cria a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Agência RMBH -, e dos Projetos de Lei nºs 50/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97, 327/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Domingos do Prata os imóveis que especifica, 699/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica, 1.093/2007, do Deputado Adalclever Lopes, que altera o art. 1º da Lei nº 15.979, de 13/1/2006, 1.269/2007, do Governador do Estado, que institui normas gerais aplicáveis aos resíduos sólidos e institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, 1.523/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capitólio o imóvel que especifica, 1.985/2008, do Deputado Délio Malheiros, que proíbe o indeferimento de crédito para financiamento habitacional por inclusão de nome nos cadastros de proteção ao crédito, 2.050/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pedralva o imóvel que especifica, 2.219/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica, 2.220/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica, 2.301/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica, 2.455/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Teófilo Otoni os imóveis que especifica, 2.456/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição do Pará o imóvel que especifica, 2.474/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica, 2.573/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Roque de Minas os imóveis que especifica, 2.575/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberlândia, 2.576/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Córrego do Bom Jesus os imóveis que especifica, 2.614/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibiá os imóveis que especifica, 2.616/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberaba, e 2.641/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembléia Legislativa do Estado; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 13 de outubro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 28/2007

Nos termos regimentais, convoco os Deputados André Quintão, Sebastião Costa, Adalclever Lopes e Elmiro Nascimento, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/10/2008, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 1º Turno do Proposta de Emenda à Constituição nº 28/2007, do Deputado Elmiro Nascimento, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2008.

Carlos Mosconi, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

86ª reunião ordinária da 2ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 7/10/2008

O Deputado Jayro Lessa - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, jornalistas, pessoas presentes na galeria, povo mineiro, boa-tarde. Hoje ocupo esta tribuna para falar sobre a alegria do resultado das eleições municipais em Governador Valadares. Parabenizo a Deputada Elisa Costa, eleita para governar a cidade, a primeira mulher que vai traçar novos rumos para a população valadarense. Agora ela tem em suas mãos a missão de transformar o Município num verdadeiro pólo gerador de empregos, renda e melhor expectativa de vida para as famílias.

O resultado das urnas mostrou que a população anseia por mudanças. Mais de 68 mil valadarenses confirmaram o desejo de um novo tempo de prosperidade. Há muitos anos as comunidades carentes amargam o esquecimento dos governantes que enxergavam o Município apenas como um trampolim para alavancar seus projetos políticos. O resultado das urnas mostrou que Valadares quer dar um "basta" no retrocesso e confia na Prefeita Elisa Costa para alcançar o progresso.

Como Deputado representante de Valadares, minha terra natal, no Legislativo, manifestei apoio incondicional a essa empreitada da Deputada Elisa Costa, ao seu projeto inovador de transformar a realidade de Governador Valadares.

Não podemos esquecer que o Município está prestes a desfrutar de um novo tempo, com a empresa Aracruz Celulose, cuja decisão de instalação passou a ser uma bandeira para mim, uma luta constante, que resultou numa grande vitória para um povo tão sofrido por falta de emprego e renda. Mas, para receber essa grande empresa, Valadares precisa mudar. Creio que a Deputada Elisa Costa já abraçou esse propósito e certamente colocará em pauta as mudanças que vão contemplar trabalhadores, estudantes, imigrantes, empresários, produtores rurais, donas de casa e tantos outros que esperam de sua nova gestora compromisso como algo maior em seu mandato.

Como representante da cidade, defendendo as causas dos valadarenses junto ao governo do Estado, sem demagogia ou pretensão política,

quero dizer que sou parceiro da Prefeita Elisa Costa. Na Assembléia Legislativa reafirmo o meu compromisso e ideal pessoal de não medir esforços para que os valadarenses possam desfrutar de um novo tempo, com tantas mudanças necessárias em saúde, educação, segurança, emprego e renda. Nessa perspectiva, contamos com o apoio do Governador Aécio Neves, com sua gestão empreendedora, voltada para transformar Minas Gerais no melhor lugar para se viver. Queremos que Valadares verdadeiramente faça parte desse grandioso projeto, com a preocupação de proporcionar melhor qualidade de vida para tantas famílias que deixam nessas eleições o seu grito por mudança.

Destaco aqui também a brilhante participação do Vice- Prefeito eleito com Elisa Costa, o Vereador Brito. Com sua garra e determinação, fizeram uma grande campanha em toda a nossa Valadares. Ressalto também a eleição dos novos Vereadores à Câmara Municipal dessa cidade, pois terão um papel importante na nova administração.

Aos eleitos, o meu profundo respeito pelos votos recebidos. Aos que não obtiveram sucesso, o meu abraço e a certeza de que os votos recebidos também os tornam responsáveis pelas mudanças que juntos faremos acontecer. E a toda a população valadarense, o meu reconhecimento e apreço pela justa e sincera demonstração da mais pura democracia.

Parabéns, Deputada Elisa Costa, por essa nova missão que lhe é conferida; parabéns, Governador Valadares, por essa importante escolha. Que a parceria entre o Deputado Jayro Lessa e a Prefeita Elisa Costa possa transformar e conferir uma nova realidade à nossa querida Valadares.

Finalizo meu discurso destacando a vitória de Maroca, eleito Prefeito em Sete Lagoas, o que demonstra amadurecimento do povo sete-lagoano. Sete Lagoas atravessou um longo período de turbulência política e agora merece a tranquilidade e a seriedade que, com certeza, Maroca vai imprimir em seu governo. Parabêniso a administração de Leone Maciel, que assumiu a Prefeitura em difícil condição, mas, em curto espaço de tempo, tentou várias realizações. Parabêniso ainda todos os candidatos a Vereador eleitos ou não eleitos, lembrando que só a união de todos vai reconduzir Sete Lagoas aos trilhos do desenvolvimento. Envio a todos os Prefeitos e Vereadores eleitos nesta Minas Gerais os meus sinceros votos de uma administração séria e comprometida com a população de seus Municípios.

Encerro meu discurso renovando ao Governador Aécio Neves votos de apoio a todas essas novas lideranças que estarão assumindo em 1º/1/2009. Certamente retribuirão com apoio ao seu projeto político para 2010. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Helvécio - Presidente desta reunião, Deputado Doutor Viana, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, venho à tribuna neste dia 7 de outubro para fazer um pronunciamento em celebração dos 20 anos da Constituição cidadã, a Constituição coragem, a Constituição da República Federativa do Brasil, que nós, no último domingo, tivemos a oportunidade de celebrar.

Como se não bastasse essa comemoração dos 20 anos da Constituição brasileira, também tivemos no último domingo as eleições municipais, com a renovação dos 853 Prefeitos de Minas Gerais e, evidentemente, das Câmaras Municipais.

Início fazendo uma reflexão sobre as conquistas e os acontecimentos ao longo dos 20 anos da nossa Constituição da República. Ao mesmo tempo, gostaria de formular um requerimento para que possamos, no ano que vem, aqui na Assembléia de Minas, fazer um seminário para comemorar os 20 anos da 4ª Constituinte mineira, a Constituinte de 1989, que deu origem à atual Constituição de Minas Gerais.

Em primeiro lugar, quero salientar as conquistas sociais garantidas pela Constituição de 1988, numa década em que, especialmente nos últimos anos, avançava mundo afora a política neoliberal, emanada do chamado Consenso de Washington, que tinha como patrocinadores mundiais, de um lado, o Presidente americano Ronald Reagan, e, do outro lado, a Primeira Ministra da Inglaterra, Margaret Thatcher. Os nossos constituintes tiveram a ventura e a felicidade de caminhar num sentido oposto ao daquele sentimento neoliberal. Muito diversamente, o que percebemos foi que a Constituição brasileira garantiu um verdadeiro Estado de Bem-Estar Social, com as garantias dos direitos sociais do cidadão brasileiro, que representam, para mim, o ponto mais alto e nobre da Constituição de 1988, embora muitos constitucionalistas e publicistas de nosso país não tenham dado a devida importância a essas conquistas sociais. Uma dessas conquistas, sem sombra de dúvida, é a efetiva implantação do SUS, que, aos 20 anos dessa Constituição, vem, a cada momento, ganhando um melhor destaque na sociedade brasileira e, muito particularmente, aqui na Assembléia de Minas Gerais. O constituinte mineiro de 1988, ao tratar dessa matéria, inovou, determinando que o gasto do governo do Estado em recursos para a saúde fosse minimamente igual ao gasto ocorrido com o sistema de transportes e vias públicas. Esse grande passo do constituinte mineiro foi uma garantia para que Minas Gerais fosse, por intermédio do governo do Estado, aumentando gradativamente o seu aporte no sistema de saúde, atingindo maior valor ao longo dos últimos anos, exatamente na administração do ex-Governador Eduardo Azeredo, quando tivemos em Minas a implantação dos chamados consórcios de saúde e, pelas mãos do Dr. Rafael Guerra, Secretário de Saúde de então, tivemos um grande aprimoramento na valorização do sistema público de saúde. Aqui na Casa essa preocupação tem sido uma constante de todos os Srs. Deputados, muito especialmente da nossa Comissão de Saúde, tão bem presidida pelo nosso companheiro Deputado Carlos Mosconi, que tem buscado sempre, junto aos demais membros da Comissão, com o apoio do Plenário, a inovação. E agora que recebemos para o ano de 2009 o Orçamento do Estado, percebemos um acréscimo de mais de R\$600.000.000,00 para a área da saúde, o que vem corroborar a importância do Poder Legislativo para apresentar as diretrizes para sanar os graves problemas das políticas públicas em nosso Estado. Evidentemente, ao lado dessa questão da saúde pública, tão prioritária e tão importante, a nossa Constituição avançou também ao determinar a vinculação orçamentária ao sistema educacional, e, mais recentemente, a sociedade brasileira pôde perceber, através da implantação do Fundeb, a preocupação com o ensino fundamental e básico garantindo melhor qualificação para os nossos jovens.

Outro ponto de grande relevância na nossa Constituição e com resultado direto no Estado de Minas Gerais é a vinculação para os gastos em ciência e tecnologia. Não se pode imaginar um governo preocupado em melhorar a qualidade de vida das pessoas que não faça investimento maciço em ciência e tecnologia. Certamente, hoje o maior arauto da transformação da qualidade de vida da nossa população é o investimento consciente nas áreas da ciência e da tecnologia. Além desse campo - em Minas Gerais também repetimos esse preceito constitucional e já constatamos, no último ano, no Orçamento mineiro, gastos expressivos nas áreas de ciência e tecnologia com a valorização importante da nossa Fapemig e da UFMG -, devemos salientar a importância de se garantir a política da assistência social. A implantação do Sistema Único de Assistência Social - Suas - e do Sistema Único da Segurança Pública são dois itens importantíssimos na melhora de vida do cidadão brasileiro, que também encontram como ponto de partida a Constituição Federal. Nesse aspecto, em Minas Gerais temos avançado profundamente, quer na contínua implantação do Suas - e nessa área devemos destacar sempre a participação da nossa Comissão de Participação Popular, em que o Deputado André Quintão tem sido porta-voz valeroso dessa implementação da assistência social -, quer na área da segurança pública, com cuja valorização o Deputado Sargento Rodrigues tem mostrado uma preocupação destacada, pois a segurança pública é uma preocupação de todos os brasileiros e mineiros.

Outro ponto que quero destacar é uma determinação corajosa da nossa Constituição Federal em estabelecer o STF como seu guardião. Nesse aspecto, quero refletir com a Casa para que a Assembléia de Minas, com seu caráter pioneiro, influencie o Congresso Nacional para que essa figura constitucional do STF seja mantida dentro dos limites constitucionais. Este parlamentar tem preocupações. Hoje pela manhã, em debate com professores da PUC Minas em comemoração dos 20 anos da Constituição Federal, pude ouvir do Desembargador Tarcísio de Melo, Presidente do TRE, da Profa. Cíntia e do Prof. Otávio essa preocupação com a posição do STF, que tem invadido de modo bastante ostensivo a idéia da separação dos Poderes. A Constituição de Minas Gerais tem como cláusula pétrea a separação dos Poderes, e essa separação, que preconiza um trabalho independente e harmônico, reserva funções ao Poder Executivo, ao Poder Judiciário e ao Poder Legislativo, é bem verdade, permitindo uma interface entre eles.

Mas não podemos concordar jamais com a fala do eminente Ministro Gilmar Mendes, hoje Presidente do STF, que, ao analisar a chamada Lei de

Biossegurança, escreveu que cabe ao STF interpretar o sentimento brasileiro e ocupar esse espaço. É importante que os Parlamentos, neste modelo federativo, tenham a coragem e a determinação de fazer um movimento nacional para colocar cada Poder em sua área específica de função. Com um consentimento cada vez mais crescente e um silêncio cada vez mais covarde dos Parlamentos, especialmente do Congresso Nacional, veremos cada vez mais eminentes magistrados que fazem carreira judiciária com muita competência, a partir de concursos públicos, usurpando aquilo que é dado aos representantes do povo, aos Deputados Federais e Estaduais e Senadores.

Portanto, nesta celebração dos 20 anos da Constituição, queremos, a partir desta tribuna, deste Parlamento mineiro, conclamar a todos os Parlamentos estaduais do Brasil e, especialmente, o Congresso Nacional a terem postura crítica frente a esse avanço do STF, que se apresenta a cada dia mais como um órgão cuja função não é apenas a de guardião da Constituição, mas a de redigir verdadeiros textos legislativos. Esse fato me preocupa muito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e talvez na semana passada eu tenha tido um dos maiores desprazeres da minha vida pública quando, ao ler o prestigioso jornal "Estado de Minas", encontrei artigo de uma figura que não merece ter seu nome mencionado, mas que era um Juiz Secretário da Amagis, pelo que ali estava escrito, em que esse cidadão, em um gesto de tremenda ousadia, desrespeito à Constituição e agressão ao modelo federal, preconiza a extinção do Poder Legislativo, entendendo que basta o Poder Judiciário para comandar os destinos da nossa nação.

Não quero ser retrógrado ou conservador, mas quero destacar que o controle da constitucionalidade das leis é instrumento oriundo do constitucionalismo americano - no constitucionalismo europeu, em que predominam as idéias de Kelsen, isso não ocorre -, e que essa decisão se dá a partir do julgamento do célebre caso Marbury "versus" Madison, em que a nomeação de Juiz de Paz que não foi obedecida pelo Presidente Jefferson tornou-se alvo de julgamento na Suprema Corte. E todos esses constitucionalistas que vêm repetindo o Juiz John Marshall, que em 1803 decretou a sentença dizendo que o Poder Judiciário tem o poder de rever a decisão das leis do Congresso americano, esquecem-se de citar que John Marshall foi, na verdade, Deputado na Virgínia e um dos que votou e ratificou a extraordinária Constituição norte-americana. Portanto, John Marshall, indicado para Suprema Corte, onde ficou durante 35 anos, foi um homem egresso do Parlamento que teve a humildade de entender que era preciso haver um sistema de freios e contrapesos para a harmonia dos três Poderes.

Mas não podemos, neste instante em que estamos a celebrar os 20 anos da Constituição, permanecer omissos e silenciosos frente a esse avanço, que muitos chamam de judicialização da política, mas que prefiro chamar, exatamente ao contrário, de politização do Judiciário. Portanto, companheiros pares desta Casa, conclamo o Parlamento de Minas e das outras unidades da Federação a atuarmos junto ao Congresso para que o Texto Constitucional, a Lei Maior, a excelsa lei do nosso país seja respeitada também pelo STF. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Sr. Presidente, nobres colegas, público presente e telespectadores da TV Assembléia, gostaria de cumprimentá-los. Venho a esta tribuna para manifestar a minha satisfação com as eleições municipais ocorridas em todo o Brasil e, com bastante êxito, em nossa região. Podemos falar com satisfação da cidade de São Sebastião do Paraíso, minha querida Paraíso, onde resido e sou Deputado votado com quase 11 mil votos. Tivemos a alegria de reeleger o nosso atual Prefeito Mauro Zanin, com uma votação bastante expressiva. Juntos poderemos continuar a administração e, cada vez mais, fazer de Paraíso uma cidade melhor, onde sempre tivemos o apoio do nobre Deputado Federal Carlos Melles.

Gostaria de falar da satisfação da minha cidade de Jacuí, onde meu irmão se elegeu, como candidato único, e poderá continuar o trabalho que realizamos há quatro mandatos - vamos para o quinto -, fazendo a grande transformação dessa cidade.

Queremos citar aqui fatos que, para mim, são diferentes e inusitados. É comum haver pesquisas verdadeiras, registradas. Realmente, a maioria mostra o rumo das eleições e bate com os resultados, que sempre aparecem norteados naqueles números. Todavia, convivemos com um instrumento diferente nessas eleições: as famosas enquetes publicadas nos jornais diários da região, ou seja, enquetes completamente absurdas, nas quais candidatos que tinham 10%, 12% ou 15% apareciam com 40%, 50%. Isso trouxe muito transtorno. Percebemos que esse instrumento não é verdadeiro nem contribui para a verdadeira democracia e o desenvolvimento de uma eleição da forma mais democrática e normal, como deve ser. Então, como legisladores, precisamos avaliar, pois está claro que, de acordo com a legislação, aquilo ali é válido. Isso nos gera muita dúvida.

Um exemplo foi o que aconteceu na própria São Sebastião, onde o candidato vencedor aparecia nas pesquisas com mais de 70%, mas a enquete mostrava totalmente o contrário. Graças a Deus, no final o resultado foi realmente o que estava nas pesquisas verdadeiras, que era o que almejava o povo de Paraíso, ou seja, a continuação do belo trabalho do atual Prefeito Mauro Zanin, juntamente com o Vice Márcio da Silveira.

Gostaria de falar da satisfação do PSC, meu partido, que foi o mais vitorioso nas eleições para Vereadores. Elegemos o Vereador mais votado da história de São Sebastião do Paraíso, nosso querido amigo Ademir Santos, e o Dr. Aílton Sillos, o melhor Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais - aliás, os números comprovam isso -, que realizará também um grande trabalho como Vereador. Quase elegemos o Dr. Hebert Mumic, nosso Presidente, um grande legislador.

Na verdade, foi muito positivo. Elegemos Prefeitos em várias cidades. Realmente isso cria muita esperança de uma região melhor. Tivemos derrotas, mas isso faz parte do processo, e podemos avaliá-las de forma muito positiva.

As nossas andanças pela região também foram positivas. Vimos muitas rodovias sendo recuperadas pelo governo do Estado, vimos qualidade no trabalho do DER por todos os lados. Hoje transitamos pelas estradas mineiras numa condição muito melhor. Tivemos muita satisfação em constatar que o que vemos hoje não é o que vimos durante as campanhas, há dois anos. Naquela época, havia muito buraco, muita sujeira nas pistas e muita falta de sinalização nas rodovias. Graças a Deus, hoje elas estão totalmente recuperadas, e isso nos deu muita satisfação. Ainda nos preocupamos muito com as rodovias federais. Na região de Poços de Caldas, por exemplo, ainda há rodovias muito esburacadas, com muitos problemas. Nessas rodovias, o governo federal precisa ter uma atitude imediata, a fim de solucionar esses problemas.

Também vimos com satisfação a grande BR-265. Esse é um projeto iniciado no governo Fernando Henrique Cardoso - com continuidade no governo Lula -, na época em que eu era Prefeito de Jacuí e o Deputado Federal Carlos Melles era Ministro do governo Fernando Henrique. Essa rodovia avança na região de São Sebastião do Paraíso e Jacuí, chega a Bom Jesus da Penha e termina em Alpinópolis. Será uma grande rodovia de integração do Sul e do Sudoeste mineiro. Fiquei satisfeito de perceber que o povo acredita na proposta do Governador Aécio Neves de construção da rodovia de Nova Resende até Bom Jesus da Penha. Essa foi também uma solicitação nossa. Há dois anos, trabalhamos com o Governador Aécio Neves nesse projeto, que está aprovado. Já estão trabalhando nos projetos, e, se Deus quiser, no próximo ano, essa rodovia será uma realidade. Será uma grande rodovia, pois ligará a região de São Sebastião do Paraíso, de Passos até Nova Resende, Muzambinho, em direção a Poços de Caldas e Alfenas. A outra rodovia é a Pimenta-Guapé, uma das mais importantes em Minas Gerais. No próximo ano, será construída e pavimentada. Será fundamental, porque trará desenvolvimento para as regiões Sul, Sudoeste e principalmente Oeste, ligando o Oeste de Minas ao Sul, por dentro, com economia de quase 200km. Transportará principalmente calcário, produtos agrícolas, fertilizantes e estudantes. Será importante também para a saúde. Na verdade, trata-se de uma rodovia turística, pois fortalecerá muito o turismo. A economia da região crescerá. Essa rodovia Pimenta-Guapé foi solicitada por nós, Deputados Estaduais, em um importante debate realizado aqui, na Assembléia, para discutir as potencialidades do Lago de Furnas e também os seus problemas. Priorizamos a construção dessa rodovia e todo o saneamento do Lago de Furnas. Os recursos financeiros para a realização do projeto dessa rodovia já estão aprovados; depois viabilizaremos os recursos financeiros para sanear o Lago de Furnas.

Vimos também muita tristeza. Chamo a atenção dos nobres colegas. A balança comercial mineira e brasileira passa pelo setor agropecuário. Do

mineiro, talvez, nem se fale mais. O setor leiteiro está em situação de penúria. O produtor está vendendo o litro de leite a menos de R\$0,60, com um custo de produção de R\$0,80. Há pouco tempo, ganhava um pouquinho, agora entrou novamente no vermelho. O produtor de leite também caminha para a falência. Essa é uma situação horrível, um trabalho praticamente escravo, pois o produtor tem de levantar-se de madrugada, trabalhar o dia todo e ainda à noite, com a ajuda da sua família, para conseguir sobreviver. Os que têm empregados já não têm recursos para bancar os custos da atividade leiteira em suas propriedades. Isso nos preocupa muito. O governo do Estado precisa ter muito cuidado com esse patrimônio, senão a maioria dos produtores de leite será extinta. A situação dos produtores de café também nos preocupa muito.

Esses, realmente, estão em uma situação lamentável, de penúria, de empobrecimento extremo, o que afetará a economia de muitas cidades, principalmente do Sul e do Sudeste mineiro. O produtor hoje está caminhando para a falência completa. Basta avaliar os custos de produção para vermos que, nos últimos 14 anos, eles subiram aproximadamente 500%, enquanto o café subiu apenas 22%. Assim, ocorre empobrecimento, endividamento, falta de crédito e de recursos, e as lavouras estão decadentes. Os produtores não têm recursos para adquirir insumos e produtos para mantê-las. Com isso, milhares e milhares de proprietários estão abandonando seus cafezais e muitas pessoas estão perdendo seu emprego, ou o perderão. E a economia mineira, sem dúvida, sofrerá um decréscimo muito grande, graças à fragilidade do setor.

Já não bastassem o alto custo de produção, a violência no campo, uma legislação ambiental que dificulta a vida do produtor e uma legislação trabalhista que joga o patrão contra o empregado, criando uma incompatibilidade muito grande que faz todos perderem, neste ano ainda tivemos outro episódio lamentável, independente de nossa vontade: a natureza foi severa com as regiões Sul e Sudeste mineiro. Houve chuvas de granizo como nunca antes na história. Nas regiões de Campos Gerais, Boa Esperança, Guapé e até de minhas terras, São Sebastião do Paraíso e Jacuí, os produtores perderam suas lavouras em menos de 2 horas: ficou apenas a madeira. O granizo arreventou com a vida de muitos produtores. Eles já estavam em situação difícil em virtude das condições econômicas, e agora ela piorou em face das condições climáticas.

Faço um apelo ao Secretário Gilman Viana - sei que a Emater está fazendo os levantamentos - para que leve ao Governador a questão, a fim de encontrarmos formas de atenuar o sofrimento dos cafeeiros, pois, do contrário, muitas lavouras serão extintas e Minas terá perdas econômicas enormes. O café representa mais de 300 mil empregos apenas em nosso Estado e poderá ficar só na saudade. É incompatível produzir uma saca de café com custos de mais de R\$300,00 para vendê-la a R\$250,00. Isso sem contar que há quatro, cinco ou seis anos aconteceu o mesmo. Com isso, vêm o empobrecimento, a decadência das lavouras, a depreciação cada vez maior das propriedades e a dificuldade dos produtores de construir seus terreiros e recuperar seus equipamentos. Os fazendeiros estão perdendo sua auto-estima e caindo em depressão. Ocorrem até suicídios. Há ainda os casos de calote no comércio. Todo o mundo perde; portanto nós, Deputados, e o Governador do Estado precisamos buscar juntos uma forma de apoiar o produtor rural, senão será dramática a situação dele.

Sempre ocorreram as migrações do café. Sua produção começou no Rio de Janeiro, foi para o Paraná, subiu para Minas Gerais e seguiu para a Bahia, Rondônia. Entretanto, ele nunca deixou nosso Estado. Mas, em razão das condições climáticas e principalmente econômicas, não tenham dúvida de que, nas regiões mais montanhosas, onde há dependência de mão-de-obra em decorrência da complicada mecanização, dificilmente o produtor ficará. Assim, centenas de cidades mineiras caminharão para o declínio, o empobrecimento, e o Estado sentirá sérios reflexos negativos na economia e na área social. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembléia e que nos acompanha das galerias. Trazemos um assunto que está nos incomodando muito. Em nosso Estado temos uma segurança pública que vem evoluindo, vem tendo melhoras significativas.

Ontem tive oportunidade de, representando este Parlamento, participar da reunião do Conselho de Defesa Social, presidida pelo Vice-Governador, Prof. Antônio Anastasia. Na ocasião, registramos de forma positiva o trabalho da Secretaria de Defesa Social, especialmente a Subsecretaria de Administração Penitenciária, quando se desativa a Delegacia de Furtos e Roubos, que funcionou na Capital durante 40 anos, a 9ª Delegacia Distrital em Venda Nova, a antiga Delegacia de Tóxicos e Carceragem e o chamado "Inferninho", o 2º DP de Contagem, que tinha uma cela extremamente pequena, com 46 presos numa situação muito ruim.

Temos acompanhado uma melhora significativa promovida por parte do governo do Estado, num trabalho persistente e corajoso do Governador Aécio Neves na questão prisional, bem como avanços significativos na integração das forças policiais no interior do Estado, na recomposição dos efetivos policiais e na questão da logística. Então, acompanhando a situação da segurança pública no nosso Estado, podemos constatar essas melhoras.

Por outro lado, Sr. Presidente, incomoda-nos e nos preocupa muito o fato de, de 2003 até a presente data, já termos perdido para o crime 121 servidores da área de segurança pública, mortos no combate ao crime, defendendo a sociedade, em razão da sua atividade. Não precisa ser especialista na área de segurança pública nem defender longas teses ou dissertações de mestrado para concluir que a atividade policial é de extremo risco.

Faço este preâmbulo, Sr. Presidente, deixando aqui um registro positivo do governo Aécio Neves nessa área, com os avanços que constatamos, de tudo que Minas Gerais vem recebendo com o trabalho do Governador, do Secretário de Defesa Social, dos Chefes de Polícia, do Comandante-Geral da Polícia Militar, do Chefe da Polícia Civil, do Subsecretário de Administração Penitenciária e do Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros. São avanços significativos, aliás, com uma queda da curva de crimes, especialmente os crimes violentos, aqueles que mais nos preocupam.

Quando falo do número de policiais civis, militares, Bombeiros e Agentes de Segurança Penitenciária mortos em confronto, trago aqui uma preocupação latente. O governo anuncia o Lares Geraes de Segurança Pública.

Tive oportunidade, Sr. Presidente, de despachar com o Governador no dia 2 de julho próximo passado. Expusemos ao Governador Aécio Neves a nossa grande preocupação com esse setor. Sr. Presidente, temos alguns casos que merecem atenção especial. Este Deputado, em razão de preocupação com a vida, com a integridade física do policial e de sua família, tem feito diversas intervenções junto à Diretoria de Promoção de Pessoal da Polícia Militar. Reivindicamos que moradias funcionais fossem cedidas pelo governo do Estado a policiais ameaçados de morte, residentes em áreas de risco, que tiveram confrontos diretos com marginais. Solicitamos, então, que fossem retirados dessas áreas e levados para apartamentos funcionais. Assim foi feito, Sr. Presidente. Mas agora faço um apelo ao Governador Aécio Neves, um apelo de quem viveu isso na prática, de quem também foi ameaçado por criminosos durante a sua atividade. Passei por esse tipo de experiência extremamente dramática, não tanto para o próprio policial, mas para sua família, esposa e filhos.

Temos, Sr. Presidente, grande preocupação em relação a esse assunto. Essas moradias funcionais foram disponibilizadas para policiais civis, militares, Bombeiros e agentes que estavam residindo em área de risco, ameaçados diretamente de morte por criminosos; ou para os que, no exercício de sua atividade, prenderam um criminoso ou parte dessas quadrilhas, ou, ainda, que tiveram enfrentamento mais próximo com marginais. Para alguns desses policiais o prazo estipulado pelo governo, por meio do decreto que criou o Lares Geraes - Segurança Pública, está vencendo. Alguns, como é o caso dos policiais relacionados no ofício que encaminhei ao Ten.-Cel. Sérgio de Aguiar Bahiense, Chefe do

Centro de Promoção Social, não têm para onde retornar. São dois Cabos, um com três filhos e outro com sete. Eles, Sr. Governador, não têm outro imóvel que possam adquirir por financiamento e para onde mudar com suas famílias. O apelo que faço ao Governador Aécio Neves, bem como ao Secretário de Defesa Social, aos Chefes de Polícia, diretamente co-responsáveis pelo gerenciamento desses recursos humanos, é que prolonguem esse prazo. Não podemos permitir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham, essa situação. Imagine um policial que more no mesmo bairro seu ser ameaçado, ter a família de mudar às pressas e, depois de dois anos numa moradia funcional, precisar desocupar o imóvel do governo - que serviu, e muito bem - e retornar para a mesma residência onde foi ameaçado de morte. Não é possível que isso aconteça. O Governador Aécio Neves, o Secretário Danilo de Castro devem estar atentos a este apelo que estamos fazendo para que os policiais que estão ocupando moradias funcionais não retornem a sua residência de origem. Se assim não fizerem, estarão colocando em risco, primeiro, a vida de suas esposas e de seus filhos.

O acompanhamento sistemático que fazemos dessa matéria nos leva a acreditar que a possibilidade de eles sofrerem um atentado à sua integridade física e à sua vida é enorme. Portanto, o Governador, bem como o Secretário de Defesa Social e o Secretário de Governo Danilo de Castro devem ter uma atenção especial para que isso não ocorra.

Relembro aqui, Sr. Presidente, novamente, o preâmbulo de nossa Constituição cidadã, já que completamos 20 anos de democracia e de grandes avanços. Os primeiros parágrafos, assinados pelo grande constituinte Ulisses Guimarães em 5/10/88, dizem o seguinte sobre a Constituição-coragem. (- Lê:) "O homem é o problema da sociedade brasileira: sem salário, analfabeto, sem saúde, sem casa, portanto, sem cidadania. A Constituição luta contra os bolsões de miséria que envergonham o País. Diferentemente das sete Constituições anteriores, começa com o homem. Graficamente testemunha a primazia do homem, que foi escrita para o homem, que o homem é seu fim e sua esperança." Essa é a Constituição cidadã, Sr. Presidente.

Governador, nossos valorosos servidores da área de segurança pública nem sequer têm condições de cumprir a Constituição da República a fim de dar garantia à sociedade relativamente ao seu direito de ir e vir sem ser molestada, à sua integridade física, à vida, à segurança, conforme prevê o art. 5º da Carta Maior. Sr. Presidente, é necessário que o poder público, que a força do poder público, que o braço forte do poder público ampare aqueles que defendem nossa sociedade, aqueles que são diuturnamente os maiores garantidores dos direitos e das garantias individuais, dos chamados direitos fundamentais - como diziam os franceses, os direitos do homem. Enquanto você que está me acompanhando pela TV Assembléia fica dormindo durante as noites frias e as madrugadas chuvosas, bravos policiais estão no combate ao crime, defendendo e zelando pelo sono das famílias. Não podemos permitir que policiais civis e militares, Bombeiros e Agentes Penitenciários, que, no exercício de suas atividades, foram ameaçados de morte, assim como suas esposas e seus filhos o foram, não recebam o mínimo de garantia deste Estado, principalmente porque nossa Constituição afirma que o fim é o homem. Estamos preocupados com esse homem, com essas famílias. Apelo ao Governador Aécio Neves, a quem, no dia 2 de julho, pessoalmente levei uma carta de uma Cabo da Polícia Militar que mora na Pedreira Prado Lopes, lugar de extremo risco. Ela, que é mãe solteira de três filhos, necessita construir sua casa para abrigar sua família em outro Município, onde conseguiu adquirir seu terreno. É desse problema que estou falando, Sr. Governador. Têm sido positivas as nossas experiências, Sr. Governador, que, mesmo de forma muito cautelosa, vem cumprindo os compromissos que assumiu. V. Exa. me disse, naquela audiência do dia 2 de julho, que priorizaria o Programa Lares Geraes Segurança Pública. Por isso apelamos que não permita que policiais e Bombeiros que hoje ocupam moradias funcionais cujo tempo de contrato esteja vencido retornem às suas casas de origem. Se assim o fizerem, colocarão suas vidas e as de suas famílias em risco. Queremos cumprimentar V. Exa., Governador, por tudo aquilo que tem feito de positivo em todas as áreas de governo, especialmente naquela que acompanho, a de segurança pública, por exemplo, com o Cinturão de Segurança Pública I e II, com a integração e a recomposição dos efetivos, enfim, com uma série de medidas no campo da prevenção social. Sr. Governador Aécio Neves, apelamos para que priorize o Lares Geraes Segurança Pública e dê condições dignas de moradia para aquelas pessoas que zelam pela vida, pelo sossego e pela paz social de nosso Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Deputada Elisa Costa* - Sr. Presidente, Deputados e funcionários da Assembléia, trabalhadores da imprensa; cumprimento, especialmente, a Deputada Cecília Ferramenta e aproveito a oportunidade para parabenizar o Chico Ferramenta, Prefeito eleito de Ipatinga.

Registro aqui meu agradecimento a Governador Valadares, ao Vale do Rio Doce, enfim, a Minas Gerais pela vitória que obtivemos nas eleições municipais. Sinto grande alegria por ter participado da campanha, por ter contado com a força do povo, com as forças sociais, enfim, com as forças vivas de Valadares que viram em nossa candidatura a possibilidade do novo. Até então nossa cidade, que tem 70 anos, não havia tido nenhuma candidata. Então se trata de uma novidade para a cidade, que, pela primeira vez, será administrada por uma mulher. O Município de Governador Valadares começa a passar por uma mudança cultural importante. Minhas palavras são de agradecimento à população, que se manifestou favorável a mudanças, ou seja, optou por um governo democrático popular, já que pretende ver outro jeito de governar. Diante disso, tomou para si, mais uma vez, os destinos de Governador Valadares. Deixo aqui meus sinceros agradecimentos a cada pessoa que apoiou, votou, participou da campanha, dos debates, das reuniões e dos comícios e caminhou conosco pelas casas e ruas da cidade. Da mesma forma, agradeço aos partidos da nossa coligação "Valadares Merece Respeito". Agradeço ainda ao Vice-Prefeito da minha chapa, Vereador Geremias Brito, bem como ao Deputado Jayro Lessa, que nos deu um importante apoio e nos escolheu para administrar Governador Valadares. Agradeço, por fim, a todas as pessoas que participaram ativamente desse processo eleitoral, que culminou com a vitória do povo. Para mim, trata-se de uma vitória da transparência, do compromisso social e popular com Valadares.

A Deputada Cecília Ferramenta (em aparte)* - Deputada Elisa Costa, parabenizo-a pela brilhante vitória que obteve em Governador Valadares.

Aproveito o momento para agradecer também à população de Ipatinga, que abraçou a campanha e nos ajudou a eleger Chico Ferramenta para Prefeito de Ipatinga, numa demonstração clara de que o projeto que defendemos é realmente o melhor para a cidade. Com certeza, em Valadares ocorreu o mesmo, ou seja, a população da cidade também teve esse mesmo entendimento em relação ao projeto apresentado por V. Exa. Parabéns, mais uma vez, Deputada Elisa Costa! Desejo que V. Exa., que é uma Deputada brilhante, competente e pensa com os olhos e com o coração do povo, tenha muito sucesso e realize todos os seus sonhos. Tenho certeza de que fará um excelente trabalho em Governador Valadares.

O Deputado Sebastião Helvécio (em aparte) - Nobre Deputada Elisa Costa, também aproveito a oportunidade para trazer, em meu nome e em nome do PDT, o meu abraço à sua campanha, especialmente à sua vitória em Governador Valadares. Temos o prazer e o privilégio de acompanhar seu trabalho na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e conhecemos sua visão acerca da política pública. Assim sendo, estamos certos de que o povo de Governador Valadares terá não apenas uma excelente Prefeita, mas uma Prefeita que sabe que a utilização da política pública faz toda a diferença. Parabenizo-a pela vitória e, ao mesmo tempo, desejo-lhe todo o sucesso do mundo à frente da Prefeitura de Governador Valadares.

Se sentirmos a sua falta, a sua energia, o seu companheirismo para decidirmos as coisas importantes na Comissão de Fiscalização Financeira, tenha certeza de que terei a humildade de pegar o telefone e consultar V. Exa., cuja contribuição é inestimável em nossa Comissão de Fiscalização Financeira. Um grande abraço e que Deus a proteja e à sua administração.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, faço também questão de fazer esse aparte para parabenizá-la e ao povo de Governador Valadares, que fez uma escolha democrática pensando na cidade. Foi uma escolha muito positiva, não só de uma digna representante do nosso partido, o PT, mas uma pessoa competente, séria, ética e honesta. É a primeira vez que Governador Valadares terá uma mulher Prefeita. Isso também mostra a força da mulher do Vale do Rio Doce e de Minas Gerais, que, com certeza, fará lembrar e avançar os bons tempos do nosso saudoso Fassarela, um Prefeito que marcou história na cidade de Governador Valadares.

Foi uma vitória maravilhosa contra caciques políticos que lá estiveram querendo impulsionar a outra candidatura. Mas, assim como em Teófilo

Otôni e em Betim, as mulheres do PT mostraram toda a sua garra: nossa querida Maria José Hauelsen, em Teófilo Otôni, Maria do Carmo, em Betim, e Elisa Costa, em Governador Valadares, valorizando o PT.

Mas, sobretudo, Deputada Elisa, é a vitória da cidade. Infelizmente, aqui a bancada perderá a nossa querida e sempre Líder e Deputada, mas por uma causa mais do que justa, que é o bem da cidade de Governador Valadares, uma representante do governo Lula, agora à frente da Prefeitura. Parabéns, de coração, Deputada.

A Deputada Elisa Costa* - Obrigada, Deputada André Quintão. Deputado André, quero registrar que recebemos ontem a saudação do nosso Ministro Patrus Ananias, querendo também participar desse processo. Ele esteve conosco em Governador Valadares e nos auxiliou nessa vitória. Para Minas Gerais e para ele, mando também esse grande abraço, pela contribuição que nos deu em Governador Valadares.

Quero finalizar destacando a grande responsabilidade que temos de, junto com o povo de Valadares, conduzir agora o nosso programa de governo para a população. Governaremos para todos, mas priorizando, especialmente investindo nas políticas públicas para aqueles e aquelas mais necessitados, para os bairros, distritos e para a população mais sofrida do nosso Município.

Contamos também com o apoio fundamental da nossa bancada estadual e da bancada federal. Na pessoa do Deputado Federal Leonardo Monteiro, toda a nossa bancada federal se fez presente em Governador Valadares. Tivemos a alegria também de ter a presença de grande parte de nossa bancada estadual, a sua presença, Deputados André Quintão e Padre João, e a de vários outros Deputados que estiveram em Valadares nos apoiando.

Registro o meu agradecimento. Honrarei muito a perspectiva de hoje, que a população registrou pelo seu voto. Quero, sim, honrar esses compromissos com o nosso programa de governo, que foi discutido com a população. Deputado André, foi um programa de governo participativo. Foi ouvindo a sociedade, a população e todos os setores sociais que construímos um programa de governo. Com todas as forças vivas, governaremos Valadares e realizaremos as políticas públicas para o nosso Município.

Buscaremos parcerias no governo do Estado, no governo federal do Presidente Lula, ampliaremos os investimentos também com a iniciativa privada para que haja um verdadeiro desenvolvimento para a nossa cidade. Valadares passou por vários ciclos econômicos, mas queremos que agora o ciclo econômico que se reinicia através da industrialização promova verdadeiro desenvolvimento para todos e preserve também o nosso meio ambiente. É isso que o Presidente Lula está fazendo para o Brasil e que queremos fazer avançar em Governador Valadares: gerar mais empregos, promover o desenvolvimento pela educação. Implantaremos, sim, com o apoio do governo Lula, a nossa universidade pública, consolidaremos a nossa escola técnica federal e teremos desenvolvimento rural para que também avance a nossa agricultura familiar e melhoremos a saúde.

Enfim, pretendemos construir novas moradias, ajudar muito a infra-estrutura da nossa cidade, que precisa muito hoje do atendimento das políticas públicas e, principalmente, da redução das desigualdades sociais; faremos a verdadeira inclusão social implantando os nossos programas sociais e aumentando o nosso IDH. É isso que queremos para Valadares, um governo a serviço do ser humano, a serviço da população, na implantação, agora definitivamente, do nosso Suas.

Valadares está vivendo um tempo de renovação e de mudanças, mas com responsabilidade e com compromisso popular e com as mudanças de que a cidade precisa. A cidade tomou para si, de novo, o seu próprio destino. É isso que é fundamental.

Quero contar com o apoio de todos os que participaram e se somarão a esse processo para elaborarmos uma política a serviço da maioria da população. Parabênz, em nome da coordenação da nossa campanha e de todos os que participaram diariamente de um trabalho duro, a nossa coligação, o nosso Vice-Prefeito, Vereador Jeremias Brito, os Vereadores e as Vereadoras da nossa coligação, enfim, a todos os que colaboraram. Parabênz os que foram eleitos e os que não poderão estar na Câmara, mas participaram ativamente das eleições e contribuíram. A campanha teve grande participação popular, manifestada no dia da eleição. Deputado André, quando eu cheguei em frente da Prefeitura, às 21h30min, e já havia sido divulgado o resultado, havia mais de 20 mil pessoas espontaneamente no Centro de Governador Valadares manifestando sua alegria. Nunca vi rostos tão felizes, porque, de fato, estava na garganta de muita gente o nosso projeto interrompido de 2004. Em nome da memória do nosso querido Fassarella, quero agradecer essa vitória, que é de todos, é a vitória do povo de Governador Valadares, que dará um salto adiante no nosso governo democrático e popular. Fico mais feliz pela presença das mulheres que estão brilhando nas eleições em Minas Gerais e na nossa região. O PT também cresceu em muitos Municípios, no Vale do Aço e no Vale do Rio Doce. Isso demonstra que as políticas públicas dos Municípios, especialmente do Presidente Lula, estão mudando a vida das pessoas hoje; está havendo, pois, reconhecimento da população.

Agradeço a Minas Gerais, agradeço profundamente a Governador Valadares e a todas as pessoas que participaram e apoiaram esse processo eleitoral. Fico muito feliz com esse resultado. Sei o tamanho da responsabilidade que temos para responder à expectativa da nossa população. Também quero doar-me ao máximo, de maneira desprendida, mas com muito trabalho, para garantir que a nossa população tenha qualidade de vida, reduzindo de fato as desigualdades sociais, especialmente o empobrecimento.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Eu não poderia deixar de saudar a Prefeita. Somente quem trabalhou com a companheira Elisa sabe como ela é. Desde o início da sua campanha, eu dizia que a população de Governador Valadares estava escolhendo certo. E ainda brincava quando víamos o companheiro Jayro Lessa morrer de amores por V. Exa. Esta foi uma parceria que deu resultado: o Jayro, com o seu jeito, sua dinâmica, e V. Exa., com um propósito, mulher guerreira que sabe o que quer e conduzirá Valadares para frente. Fico orgulhoso por ter participado de uma legislatura com V. Exa. e ter presidido uma comissão da qual V. Exa. fazia parte. Sem dúvida, vejo que, no futuro, ainda voltaremos a nos encontrar, nós aqui e V. Exa. lá em Governador Valadares. O companheiro Sebastião já deixou bem clara a satisfação do PDT, e deixo a minha, particularmente, porque sou um admirador da guerreira Elisa, sou admirador da mulher dinâmica que sabe o que quer e sabe fazer acontecer. Parabéns, que Deus a proteja. Tenho certeza de que V. Exa. poderá votar nesta Casa, com vários Deputados, aliás, com a maioria e com o próprio Deputado Jayro Lessa, que, desde o primeiro momento, acreditou nisso. Por tudo que disse há três meses, ou melhor, há 20 anos, quando iniciei a minha vida pública como Vereador, eu vi que o povo belo-horizontino não aceita imposição. Ou se muda hoje a cara de uma campanha e mostra que o Sr. Márcio não é o candidato só do Aécio ou do Pimentel, já que ele tem de ser o candidato de todo belo-horizontino ou, se isso não acontecer, vamos ter um ex-colega Prefeito da Capital. Aliás, já tentamos fazer isso no governo de Minas, com o Sr. Amílcar Viana Martins, mas aí veio o Doutor BH, e ele foi escolhido Prefeito de Belo Horizonte. No primeiro turno, aconteceu o mesmo das eleições de agora, e o Doutor BH elegeu-se. É lógico que a situação é diferente hoje, mas tenho certeza absoluta de que é preciso mudar o conceito da campanha para que ela seja vitoriosa.

Parabéns a V. Exa, que é uma guerreira.

A Deputada Elisa Costa* - Muito obrigada. Agradeço ao Deputado Doutor Viana. Conforme o nosso lema da campanha em Valadares, a vitória foi com respeito. Um grande abraço, e muito obrigada a todos que participaram. Deputado Alencarzinho, muito obrigada por suas palavras.

Quero fazer o melhor por Valadares. A partir deste momento, estarei profundamente envolvida com a nossa equipe de transição e, por meio do diálogo, com a sociedade, empresários, trabalhadores, e um diálogo com a Câmara Municipal, presente na vida e na história do povo, buscando recursos para fazer crescer o Município que amamos.

Valadares é a cidade pela qual tenho um amor profundo, por isso vamos dedicar todo o nosso tempo para que ela cresça e se desenvolva. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

87ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 8/10/2008

O Deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vencido o primeiro turno das eleições e ultrapassado esse episódio, digamos assim, mais agudo da minha vida pessoal, e o qual foi mencionado recentemente, venho a esta tribuna - se não me engano, pela primeira vez nesta legislatura - justamente para fazer uma análise do processo eleitoral. O recado das urnas, Sr. Presidente, parece-me claro. O primeiro é que, no mundo de hoje, a cidadania, a independência, a liberdade não podem conviver com o ressurgimento de uma espécie de mandonismo, coronelismo, caciquismo pós-moderno. O resultado das eleições de Belo Horizonte mostra-se emblemático nesse sentido. Dois líderes políticos, inegavelmente duas grandes lideranças, dois governantes muito bem avaliados acharam possível subtrair do povo o direito inalienável de escolher seu Prefeito. Isso com grande controle exercido sobre os meios de comunicação, controle exercido a peso, com o uso abusivo da publicidade oficial, transformada em instrumento novo de censura, censura mais eficaz que a dos canhões no tempo da ditadura. Acreditaram que, com o exercício dessa censura, com o controle dos meios de comunicação, com a cooptação de toda e qualquer espécie, sem limite dos seus meios, das agremiações partidárias, poderiam inventar uma candidatura que servisse não ao povo de Belo Horizonte, não à cidade de Belo Horizonte, não à cidadania, mas que servisse, única e exclusivamente, ao interesse político e pessoal desses dois líderes.

Vencido o primeiro turno, a análise que se faz das eleições em Belo Horizonte deixa claro, evidente, límpido, remansoso, o recado do povo da Capital de Minas. O povo da Capital de Minas, Deputadas e Deputados, mostrou-se à altura das tradições libertárias deste Estado. O povo da Capital de Minas, deste Estado inconfidente, deste Estado que a história fez guardião perpétuo da alma cívica da Nação, disse não ao "neocaciquismo", disse não ao mandonismo, disse não ao coronelismo dos palácios de governo. E o povo de Minas Gerais, da Capital inconfidente, vai dar um recado ainda maior, ainda mais claro no segundo turno.

Sr. Prefeito, até acreditamos que o senhor pode ser um bom Prefeito; Sr. Governador, até acreditamos que o senhor é um bom Governador. Mas, Sr. Prefeito, Sr. Governador, não me tomem o sagrado direito de escolher o meu governante. Quando o escolhi Prefeito, quando o escolhi Governador, não lhes dei o direito de escolher por mim os seus sucessores. Da mesma forma que eu o escolhi, quero continuar, eu mesmo, povo de Minas, povo de Belo Horizonte, escolhendo o seu sucessor, o seguinte, os próximos, e todos na sucessão que se espera não seja interrompida, porque essa interrupção significaria a interrupção do processo democrático, o que todos nós abominaríamos. Esse foi o grande recado das urnas, o grande recado que o povo de Belo Horizonte deu a dois governantes embevecidos pela popularidade, dois governantes delirantes, convictos de que o poder que têm é ilimitado e que invade, até mesmo, as consciências da gente de Minas. O povo de Minas disse "não". E o povo de Minas dirá "não" com mais eloquência, em mais alto tom, no segundo turno. Não importa se alguém é ou não bem avaliado, se um governante é ou não aceito pela população. O que a população não aceita de governante bem ou mal avaliado é que interfira no seu direito sagrado de continuar escolhendo o seus governantes. Isso ficou claro, restou demonstrado aqui, em Belo Horizonte. Já havíamos previsto isso, Deputado Délio. Quantas vezes conversamos sobre isso! V. Exa., como eu, foi vítima desse processo de mandonismo, de cooptação inadequada, inconfessável dos partidos em Minas Gerais, um processo de construção de uma candidatura que ofende a história política de Minas Gerais, de cooptação a soldo de partidos e de lideranças de pequena dimensão. Mas o povo, sábio, ao longo do processo foi descortinando a verdade. Atrás dessa construção do "marketing", o povo percebeu ser perigosa essa história de um Prefeito muito bonzinho, despreocupado com questões partidárias menores, de um Governador muito bonzinho, muito patriota, despreocupado com questões políticas menores, que resolveram se juntar por puro patriotismo, por amor a Belo Horizonte, para indicar um único cidadão, um único homem capaz de dar prosseguimento às suas grandes administrações. Esse único homem, esse único cidadão capaz de estar à altura dessa tarefa, pasmem, senhoras e senhores, é um desconhecido da cidade, alguém de quem Belo Horizonte jamais ouvira falar, a não ser nos noticiários de mensalão, de cooptação, de corrupção, de fraude, de financiamento inadequado de campanhas, nas páginas policiais muito mais do que nas páginas políticas. Era só esse o conhecimento que se tinha a respeito desse cidadão que se quis enfiar goela abaixo da população de Belo Horizonte. Mas o povo de Minas deixou claro o seu recado. Este Estado não transige quando o assunto é liberdade! Não abre mão quando o assunto é democracia! E não o faz porque essa é a nossa história, a nossa gênese e a nossa vocação. O recado, Deputado Dalmo, foi além de Belo Horizonte. Onde o neocaciquismo, o neomandonismo, o neocoronelismo resolveram passear, o recado da urna foi: "Gostamos do senhor, mas, no meu voto, mando eu; continuarei mandando no meu voto, Sr. Governador de Minas". Em Betim, o recado foi claro: "Não, Governador; não para o senhor". Em Contagem, a resposta também foi: "Não, Governador. Invertemos o jogo, colocamos a sua adversária na frente para o segundo turno". Em Varginha, o povo também disse: "Aqui também não, Governador; tchau para o senhor!". Em Barbacena, as pessoas disseram: "Não, Governador; faremos o contrário do que nos manda". Em Juiz de Fora, disseram também: "Não, Governador". Não adianta vir montado em jumento, passeando em jegue, pois, em Valadares, o povo também disse: "Não, Governador; faremos aqui o contrário do que o senhor manda, porque o meu voto continua sendo meu!". Não pára por aí. Na terra de Tancredo, São João del-Rei, o povo disse: "Não, Sr. Governador; votamos no senhor, mas votaremos em quem queremos, e não em quem o senhor manda". Em Cláudio, na terra do Governador, da sua fazenda, a resposta foi a mesma: "Não!". Companheiro Deputado Getúlio Neiva, em Teófilo Ottoni, onde V. Exa. tinha grande frente, infelizmente o Governador pediu a seu favor e o derrotou. A população disse: "Não, votaremos em Maria José, não contra Getúlio Neiva, mas contra o mandonismo, contra o coronelismo, contra o caciquismo tardio".

E não pára por aí. Vamos ao Triângulo, a Uberaba. A população do Triângulo disse: "Não, Governador, não votaremos naquele em que o senhor nos manda votar. Votaremos conforme nossa consciência nos impõe". Vamos a Juiz de Fora. Governador, seu candidato até competirá no segundo turno, mas em pé de desigualdade tão grande, que é digno de pena. E esse recado estendeu-se Minas afora, de Norte a Sul, de Leste a Oeste e pelo Triângulo, Mata, Vertentes, Noroeste, Norte, Jequitinhonha e assim por diante.

Que recado duro! Mas não poderia ser outro o recado das Minas Gerais; não poderia ser outra a leitura pelo povo de Minas desse processo. O povo mineiro está historicamente, para sempre vinculado à liberdade. Não queira, quem quer que seja, qualquer governante, por mais bem avaliado que esteja, pensar que poderá subtrair do povo de Minas seu compromisso com a independência e com a liberdade. E o recado continuou em Ituiutaba, ou melhor, por Minas Gerais afora.

O Governador Tancredo Neves dizia que a força dos palácios impunha-se naqueles pequenos Municípios que ele chamou de grotões. Hoje vemos o partido do Governador transformar-se num partido dos grotões, num partido que poderá imperar apenas onde prevalecer o mandonismo, onde a liberdade não tiver espaço para prosperar em razão da força do Executivo municipal, da pressão e da censura dos jornais e dos demais meios de comunicação.

Que recado duro! Recado duro ao governo, recado duro ao Prefeito, mas recado duro também a nós, desta Casa, minhas colegas Deputadas e meus colegas Deputados. O recado veio informar-nos que o povo não nos quer submissos, porque ele também não é; que o povo não nos aceita de joelhos, porque também não aceita ficar de joelhos, o povo não aceita mais uma Assembléia homologativa, que faça apenas o "sim, senhor" ao imperador de Minas. O recado é também para nós, colegas Deputadas, colegas Deputados. Reflitamos sobre o recado das urnas, que é claro. Só não o entenderá quem não quiser ver a verdade. Estejamos à altura do legado daqueles que nos antecederam, estejamos à altura da terra inconfidente, estejamos à altura do povo de Minas. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Mosconi*- Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, ainda que estejamos sob a ressaca do processo eleitoral do último domingo, gostaria de trazer para a tribuna desta Casa a comemoração dos 20 anos da Constituição brasileira, que ocorreu exatamente

no último dia 5, quando aconteceram as eleições. Essa data, que é extremamente importante, deve ser lembrada por esta Casa.

Fiz parte da Constituinte. Com muita honra e orgulho, representei o povo mineiro no Congresso Nacional. Portanto, queria trazer para esta Casa a referência a essa comemoração tão importante para o nosso país.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, há 20 anos vivíamos, no Brasil, uma situação inusitada. Estávamos saindo de um processo ditatorial e iniciávamos a caminhada para a democracia. O povo exigia uma nação livre, democrática. Essa posição só seria consolidada por meio de um grande processo que envolvesse a participação de toda a sociedade brasileira. E isso só ocorreria com a Constituição, que foi elaborada naquela oportunidade. Sofremos um trauma com a morte do Presidente Tancredo Neves, e o Presidente Sarney assumiu a Presidência. O Congresso Nacional não abriu mão da elaboração da Constituição, que trouxe grandes avanços, hoje reconhecidos pela população brasileira, apesar de serem apontadas também algumas falhas. Todavia, considerando-se a Constituição como um todo, essas falhas não a macularam, não a empobreceram.

Sr. Presidente, lembro-me de que houve uma data para se iniciar a elaboração da Constituição, mas não houve data para terminá-la. Era grande a ansiedade da população brasileira. Tudo aconteceu como um tiro no escuro, de forma meio desorganizada, sem uma programação definida. Não se sabia de que forma o trabalho seria desenvolvido, de que maneira a população participaria, nem como os temas seriam divididos. O começo foi um pouco atribulado, mas, felizmente, o comando dos trabalhos estava nas mãos do Presidente Ulisses Guimarães, um gigante que agia de forma patriótica. Possuía grande sabedoria e experiência, além de liderança política e moral incontestável sobre todos os constituintes, enfim, sobre todo o País. Então, ele soube conduzir o processo com firmeza, determinação e muita sensibilidade, ou seja, não fez imposições de cima para baixo, não lançou mão do autoritarismo, sempre conversava com os constituintes. Enfim, fez tudo da melhor maneira possível.

No início, os trabalhos da Constituinte foram divididos em subcomissões setoriais. Acontece, porém, que a divisão dessa forma resultaria num número exagerado de subcomissões, pois eram muitos os aspectos setoriais. Então, mais de um setor foi incluído em uma subcomissão. Na subcomissão da saúde, da qual eu fazia parte, incluíam-se também as áreas do meio ambiente e da previdência social. Às vezes, os assuntos não tinham muita ligação, mas estavam incluídos na mesma subcomissão. Os parlamentares tinham a liberdade de escolher a subcomissão da qual pretendiam participar. Se houvesse dúvida, o Presidente resolvia o problema, indicava para onde o parlamentar deveria ir. Para minha honra, fui escolhido para ser sub-relator da comissão que envolvia as áreas da saúde, do meio ambiente e da previdência social. Logo deparei com um trabalho gigantesco e imaginei até que não fosse dar conta, já que havia um prazo para desenvolvê-lo.

Como seria esse desenvolvimento? Seria por meio de trabalhos internos das subcomissões, onde tínhamos por volta de 40 a 50 parlamentares. Realizávamos esse trabalho nas três áreas. Contávamos com a assessoria do Congresso Nacional. Realizamos inúmeras audiências públicas no Congresso Nacional e pelo Brasil afora para discutir as questões referentes às áreas de saúde, previdência social e meio ambiente.

Na área da Previdência Social, desde o início chegamos ao consenso de que faríamos um trabalho preliminar para que posteriormente a comissão temática, de sistematização, mais à frente, e, depois, o Plenário fizessem um trabalho com maior profundidade sobre a Previdência Social. Naquele momento, na realidade, caberia uma grande reforma da Previdência Social, que naturalmente uma subcomissão não tinha condições, tempo material nem pessoal para levar adiante essa tarefa.

Fizemos uma avaliação muito bem-feita da Previdência Social. Aqui quero salientar o trabalho do então assessor do Congresso Nacional, hoje Deputado Federal Custódio Mattos, que teve participação importantíssima nesse trabalho de avaliação da Previdência Social.

Realizamos também um trabalho na área do meio ambiente. No Brasil, pela primeira vez, considerou-se este um assunto da maior importância, que merecia um texto constitucional que tratasse dele. Realizamos várias audiências públicas. Fizemos algumas viagens pelo Brasil. Tivemos reuniões no Mato Grosso, no Pantanal, na Assembléia Legislativa do Mato Grosso, em Cuiabá, e depois no Mato Grosso do Sul, em Campo Grande. Fizemos reuniões até no próprio Pantanal. Visitamos uma cidade no interior do Mato Grosso onde havia uma mina de mercúrio com uma extração de ouro, com a poluição do mercúrio acabando com a vida nessa lagoa. Foi uma coisa muito marcante para nós. Sr. Presidente, depois visitamos uma área de preservação ambiental dos índios caiçaras no Estado de São Paulo. Posteriormente, em Angra dos Reis, visitamos a usina de energia nuclear, quando ficamos muito preocupados com o que vimos. Enfim, foram coisas que enriqueceram muito o nosso trabalho. Quero salientar que nessa área o Deputado Federal Fábio Feldman, de São Paulo, especialista em meio ambiente, teve um papel importantíssimo. Conseguimos fazer um relatório que atendeu plenamente as necessidades do País naquele momento no que diz respeito ao meio ambiente. Isso considerando que estávamos apenas começando o trabalho, que naturalmente depois se engrandeceu muito, com todas as variáveis e diferenças que o Brasil vive até hoje nesse setor. Sr. Presidente, na área da saúde tivemos um ponto alto dessa subcomissão, porque o trabalho foi extenuante. Não saíamos de Brasília, onde passamos todo esse período sem sair sequer um final de semana de lá. As reuniões se estendiam pelos finais de semana e pelas noites afora. As audiências públicas eram intermináveis e envolviam todos os setores de saúde do Brasil. Houve audiências públicas fora de Brasília. No caso da área de saúde, tivemos a vantagem de o movimento sanitário do Brasil já vir crescendo, em uma avaliação bastante interiorizada e com posições já bem estudadas e avaliadas. Portanto, isso facilitou o caminho a ser tomado na Constituição. Na área da saúde, sabíamos praticamente o que o Brasil queria. O Brasil, até aquele momento, não tinha política de saúde nenhuma que pudesse ser considerada como tal. Isso não existia naquela ocasião. Passou a existir com a criação do SUS, na Constituinte. O trabalho foi extremamente positivo e começou a dar forma ao SUS. As subcomissões deram rumo à Constituição porque o tema, o conteúdo aprovado lá é que definiu a direção a ser tomada. E, como não poderia deixar de ser, Sr. Presidente, isso suscitou uma reação contrária por parte dos mais conservadores, que não acreditaram que a Constituição pudesse caminhar nesse sentido e queriam manter o País na mesma situação em que se encontrava, sem aceitar nenhum tipo de reforma ou mudança mais efetiva. Ocorreu, então, o surgimento de uma força política poderosa e extremamente expressiva, o Centrão, do qual todos se lembram. Foi a união de um grupo forte de parlamentares do Brasil inteiro, sob a liderança do Deputado Roberto Cardoso Alves, de São Paulo, e outros, que naturalmente queriam antepor-se aos avanços que o Brasil precisava nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, economia e outras. Isso foi caminhando. Depois, tivemos a Comissão de Sistematização, composta por todos os relatores e sub-relatores e chefiada pelo Senador Afonso Arinos, grande liderança política mineira, mas Senador pelo Rio de Janeiro, que desempenhou um papel muito sábio na condução do processo nessa fase, liderando com extrema eficiência, competência e sensibilidade, o que facilitou demais o trabalho naquela oportunidade, quando começava a ser mais difícil e complicado em virtude do embate ideológico a respeito da Constituição brasileira. Depois, fomos para o Plenário. Aí a Constituição começou a ser votada artigo por artigo, e, de fato, o que nasceu sem rumo - ninguém sabia o que aconteceria - começou a ter forma, com todos os setores e divisões definidas, assim como todos os artigos e seções estabelecidos. A discussão durou meses, meses e meses, mas conseguimos chegar ao final.

Sr. Presidente, quero salientar os avanços da Constituição, que são muitos, como as garantias individuais e coletivas - a cidadania passou realmente a existir no nosso país, com todas as letras, depois da aprovação da nossa Carta Magna. Alguns não concordavam com o Presidente Ulisses Guimarães, que em boa hora chamou a Carta de Constituição cidadã. É claro que havia problemas. A questão da relação de trabalho, por exemplo, não conseguiu avançar, assim como a reforma tributária, pela qual lutamos até hoje e, infelizmente, ainda não conseguimos apresentar uma proposta adequada. Também não houve avanços na questão política, cuja reforma não consegue caminhar.

São essas as observações que gostaria de fazer aqui, saudando a Constituição e suas qualidades, que são muitas. Se ativermo-nos à democracia e à liberdade existentes no País hoje, sem dúvida alguma veremos que a Constituição já vale porque as garantiu, sem possibilidade de retorno. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João*- Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, cidadãos que sempre, com atenção, acompanham os trabalhos e os não-trabalhos da Assembléia, nas galerias e também pela TV Assembléia, antes de entrar no mérito da questão gostaria de ressaltar dois pontos que dizem respeito aos oradores que me antecederam. O primeiro diz respeito ao que disse o Deputado Carlos Mosconi. Em sintonia com V. Exa., quero celebrar os 20 anos da Constituição. Foi uma grande conquista o trabalho de V. Exa. e de tantos outros Deputados, que certamente deram uma grande contribuição ao nosso país. Vejo que só a partir da Constituição é que houve a abertura da participação do povo em todas as instâncias, com os conselhos paritários e a conseqüente formatação das políticas públicas. Algumas com avanços maiores, deixando clara a competência do Município, do Estado e da União. Avançamos. Com isso, seguiram-se as conferências municipais e estaduais sobre os mais diversos temas. A Constituição foi uma grande conquista do povo no exercício de sua cidadania. Por isso temos, sim, muitas razões para celebrá-la. É bem verdade que ainda existem desafios, mas estes jamais podem nos levar a ignorar essa grande conquista de participação do povo brasileiro. Parabéns V. Exa. pelo pronunciamento e pela contribuição dada ao País enquanto Deputado constituinte.

Também gostaria de abordar a fala do Deputado Sávio Souza Cruz. Não é um desabafo, e sim um balanço em relação aos resultados das eleições. Tenho de concordar com o Deputado Sávio Souza Cruz no que diz respeito às eleições, sobretudo em Belo Horizonte, mas também com os seus desdobramentos no interior. As eleições nos levaram a enxergar mais a realidade. Numa avaliação um pouco apaixonada, acabamos por exagerar ao achar que quem está no poder tem de fato todo o poder e consegue manipulá-lo. Além disso, achamos que a mídia é como um quarto poder, em relação ao alcance do próprio poder. Com as últimas eleições, percebemos os limites e a importância de cada Poder. Ficou muito claro para nós, nas eleições, que uma boa parte dos meios de comunicação estava totalmente parcial, isto é, tinha partido. Tanto isso é verdade que, quando as matérias eram publicadas, bastava ver as fotos e as manchetes. Tudo era favorável a um candidato. Ficou muito claro que não só os Executivos, em âmbito municipal e estadual, mas também uma boa parte dos veículos de comunicação tinham candidatos. A reação do povo belo-horizontino foi mais que um recado nessas eleições.

O povo é justo quando avalia os governos, avalia bem o governo municipal e o governo estadual. É uma questão de justiça fazer essas avaliações, porém, o povo não abre mão do que lhe é sagrado, o voto. Aí não há manipulação, é ele, sua consciência e a urna. Isso é sagrado, é bonito, é belo. Nesse sentido, o povo pode exercer de fato a cidadania de maneira mais livre. Embora saibamos do percentual que ainda está desiludido, as decisões têm que ser livres de qualquer tipo de manipulação, isso é importante. Houve um avanço, significa que nosso povo está evoluindo a cada ano.

Saúdo o TSE pelas propagandas feitas na televisão chamando atenção para a consciência do eleitor, da importância do voto, destacando que este não é mercadoria. Nunca houve na história um trabalho igual de conscientização política da importância do voto. Foi formidável. Em cada lugar a que vamos as pessoas estavam mais conscientes. Existe um percentual bem maior do que tivemos nas últimas eleições a nível de consciência da importância da eleição e do voto, portanto da cidadania. Creio que isso foi fruto desse trabalho feito pela Justiça Eleitoral com as propagandas de televisão. Em muitos lugares as pessoas falavam que preferiam votar a ter uma abelha zumbindo no ouvido por quatro anos. Então, houve retorno bem prático, o que fortalece a própria democracia. Temos que avançar muito mais ainda para ter a democracia de fato, mas percebemos que houve um salto nessas eleições. Mas, uma vez que já se passaram as eleições, quero retomar um apelo que fiz ao governo do Estado em relação às obras da MG-443 e da MG-030. Antes das eleições trouxemos esse assunto ao Plenário, mas ficou claro que estavam protelando, não pela ação da Gerdau, mas pelo desinteresse do governo, para não fortalecer as lideranças políticas a nível local. Mas já se passaram as eleições, e é hora de se retomarem as obras, tanto a da MG-443, que liga a BR-040 a Ouro Branco, quanto a do desvio que liga a MG-443 à Estrada Real. É como um contorno dos Bairros Metalúrgicos e Primeiro de Maio em Ouro Branco. Sobre o Bairro Primeiro de Maio está sendo muito afetado pelo número de veículos e pelo volume de carga pesada, muitos ônibus. Esse trecho, de pouco mais de 1km, é um desvio: sai do Bairro Primeiro de Maio e faz uma ligação direta da MG-443 à Estrada Real, em uma das portarias da Açominas. O outro trecho, na MG-030, liga a MG-040 a uma outra portaria da Gerdau e vai retirar não só essas cargas de trecho da própria MG-040 como esses veículos da MG-443. É importante destacar que na MG-443 toda a área onde ficava o antigo escritório central da Gerdau, de milhares de metros quadrados de construção, com vários pavimentos, tudo foi cedido pela Gerdau ao governo federal, por via do Ministério da Educação, que já deu início a um curso de engenharia - o 1º período, com cinco turmas e 250 alunos, já está sendo realizado. Agora, no segundo vestibular, serão abertas 500 novas vagas: o 1º período era somente noturno, mas, a partir desse segundo vestibular, além do turno noturno, para o qual serão abertas 250 novas vagas, será criado o turno da tarde, com outras 250 vagas. Assim, em apenas dois períodos esse câmpus avançado da Universidade Federal de São João del-Rei vai passar a contar com 750 alunos. Se não estou errado, considerando 500 alunos por período, em cinco anos, ao terminar o 10º período, teremos em torno de 5 mil alunos. Enfim, é formidável o que esse curso está gerando de emprego, formação e qualificação profissional.

Estou dizendo isso porque isso trará conseqüências ao tráfego de veículos na MG-443, exigindo-se uma adequação do trevo que dá acesso a esse câmpus avançado da Universidade Federal de São João del-Rei ou ao antigo escritório central. Essa obra é de fundamental importância e urgência, que já deve ser ponderada, uma vez que se acabaram as eleições em Ouro Branco, com a reeleição do Pe. Rogério - em minha opinião, por uma questão de justiça, pelas tantas coisas que fez e vem fazendo por Ouro Branco. O mesmo aconteceu em Congonhas, Jeceaba e São Brás. Perdemos em Conselheiro Lafaiete, mas acreditamos na sabedoria do nosso ex-colega Deputado José Milton, que venceu as eleições naquela cidade, de valorizar a união que se vê no Alto Paraopeba e de considerar sobretudo a existência do primeiro consórcio público intermunicipal do Brasil. O primeiro consórcio desse tipo constituído no Brasil foi o do Alto Paraopeba, que chamamos de consórcio guarda-chuva: é como uma fusão de todos os Municípios - cinco Municípios, até então -, podendo, independentemente da Câmara, uma vez que já foi aprovado por ela, celebrar convênios para a execução de qualquer serviço ou atividade conjunta, como o aterro sanitário, o frigorífico, a integração do tratamento fora de domicílio e a unidade do centro de tratamento de oncologia.

Então uma série de projetos já estão bem encaminhados. Embora o PT tenha perdido a eleição, pela figura política que é, comprometido com o povo, acreditamos que essa unidade prevalecerá para o bem do povo, com a liderança também do José Milton, em Conselheiro Lafaiete. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 13/10/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Carlos Arantes

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 9/10/08, que nomeou Paulo Hipólito Carvalho de Souza para o cargo de Agente de Serviços Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Márcia de Fátima Bressani para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Gabinete do Deputado Domingos Sávio

nomeando Maria José Diniz para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão VL-55, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ronaldo Magalhães

exonerando Alberto Lopes Muniz do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Jane Balmant de Assis Muniz para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Sanzio Teixeira Duarte para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Gabinete do Deputado Tiago Ulisses

exonerando Anete Negreiros Andrade do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Fernanda Fonseca Frechiani do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança dos Dem;

exonerando Flávio Lúcio de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Bruno Dupin Viegas para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Eronice Santos de Miranda para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 78/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 29/10/2008, às 14h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço por lote, tendo como finalidade a aquisição de "softwares" para computador.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79 (Ed. Tiradentes), 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 13 de outubro de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: LTA-RH Informática Comércio Representações Ltda. Objeto: aquisição de 250 microcomputadores e prestação de assistência técnica durante o prazo de garantia. Dotação orçamentária: 4.4.90.52. Vigência: da data da assinatura até o termo final do prazo de garantia. Licitação: Pregão Eletrônico nº 235/2007, com base no registro da Ata de Preços nº 62/2007.